X EPCC
Encontro Internacional de Produção Científica
24 a 26 de outubro de 2017

UM ESTUDO SOBRE NELSON MANDELA E A LUTA CONTRA A SEGREGAÇÃO RACIAL DURANTE O APARTHEID

Horácio Cézar Figueiredo Matozo[1], Luciene Maria Pires Pereira[2], Vivian Fernandes Carvalho de Almeida[3]

1 Orientando. Acadêmico do curso de Licenciatura em História da Unicesumar. E-mail: horacio.matozo@ifpr.edu.br
2 Orientadora. Graduada em História pela Universidade Estadual de Maringá. Especialista em História Econômica pela Universidade Estadual de Maringá. Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP/FCL de Assis. Docente do curso de Licenciatura em História da Unicesumar. E-mail: luciene.pereira@unicesumar.edu.br
3 Coorientadora: Graduada em História pela Universidade Estadual de Maringá. Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá. Professora-mediadora do curso de Licenciatura em História da Unicesumar. E-mail: vivian.almeida@unicesumar.edu.br

RESUMO

O apartheid foi um projeto político instalado na África do Sul em 1948 com a chegada ao poder do Partido Nacional da África do Sul e que durou até 1994, quando houve a inserção da democracia multirracial no país que colocou fim no regime ditatorial do apartheid. No cenário interno, este período de tempo foi marcado pela luta dos negros contra o regime aplicado pelo governo oficial da África do Sul, tendo na figura de Nelson Mandela um dos seus principais líderes. No cenário externo, a dinâmica do apartheid se processou ao longo da Guerra Fria, a qual acabou causando interferências neste processo. Para a realização deste trabalho seguiu-se a metodologia da pesquisa documental, abordando os estudos mais relevantes acerca deste tema. Para esta pesquisa, foram elencadas referências bibliográficas elaboradas entre 1988 e 2010, tendo entre os autores pesquisados, Vera Andrade e Euclea Bruno (1991), Eric Hobsbawn (1995), Francisco José Pereira (1989), John Vail (1988). Esta pesquisa tem por objetivo, em razão da importância do advento do regime político do apartheid instalado na África do Sul século XX, buscar maiores esclarecimentos acerca deste fato, e principalmente, sobre a figura de Nelson Mandela dentro deste contexto, buscando refutar, desta forma, explicações simplistas que possam colaborar para entendimentos distorcidos da realidade dos fatos e acontecimentos.

Palavras-Chave: África do Sul; Apartheid; CNA; Nelson Mandela.

1 INTRODUÇÃO

O apartheid foi um regime político instalado na África do Sul, em 1948, com a chegada do Partido Nacional ao poder. Este partido era composto por indivíduos brancos, principalmente por descendente de holandeses, que defendiam a ideia da inferioridade dos povos africanos frente aos europeus (PEREIRA, 1989). Embora o Partido Nacional tivesse características racistas, não se pode afirmar que a gênese do apartheid tenha raízes na sua chegada ao poder. A maior possibilidade parece ser que a prática do apartheid, assim como as demais realizações humanas, possui uma dinâmica evolutiva e, portanto, para uma maior compreensão dessa dinâmica é necessário analisar o processo de surgimento e expansão do apartheid a partir de uma análise do processo de colonização e desenvolvimento da África do Sul (VAIL, 1988).

Segundo a historiografia, o apartheid resultou do pensamento, fundamentalmente protestante, escravocrata e latifundiário proposto pelos colonizadores brancos, principalmente o bôer (descendentes dos holandeses que efetuaram a colonização na África do Sul), embora os ingleses também tenham contribuído para isso ao optar por não interferir nas relações já estabelecidas entre bôers e negros (PEREIRA, 1989).

É preciso enfatizar que, na busca por um entendimento mais aprofundado acerca do apartheid, é necessário considerar o período em que o mesmo se desenvolveu após ser institucionalizado, ou seja, no espaço de tempo entre 1948 a 1994. Esse contexto histórico internacional foi marcado pela Guerra Fria, sendo esta uma disputa efetuada sem confrontos direto entre as superpotências, no caso a URSS, líder do bloco socialista e os EUA, líder do bloco capitalista. Esse embate, realizado a nível mundial, tinha por objetivo ampliar as áreas de influência de ideologia política econômica seja a socialista ou a capitalista (HOBSBAWN, 1995).

Nessa perspectiva, afirma-se que os EUA e a Inglaterra apoiavam o apartheid, pois defendiam-no como um instrumento, no contexto da Guerra Fria, de embate contra o avanço do comunismo na África, em razão, principalmente, de que neste continente algumas nações já haviam sinalizado com a bandeira comunista (HODSBAWN, 1995).

Com relação ao contexto interno do apartheid na África do Sul, esse mesmo período foi marcado por intensas lutas contra este regime. Esses embates foram empreendidos pelos líderes da Liga da Juventude do CNA – Congresso Nacional Africano, com intenso apoio da população negra e tinham na figura de Nelson Mandela um dos líderes mais significativos e atuantes dessas disputas (VAIL, 1988).

Com base na relevância do contexto que envolve o surgimento e desenvolvimento do regime do apartheid e das lutas contrárias à sua existência, entendemos que a realização deste trabalho contribui para uma maior compreensão acerca de um dos mais importantes fatos históricos do século XX, o qual caracterizou-se, dentre outros aspectos, pela luta pela igualdade social e o combate ao preconceito na África do Sul. Além disso, o desenvolvimento deste trabalho nos permite compreender de forma mais precisa a importância de Mandela na luta e na vitória empreendida contra o regime do apartheid.

2 METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa optou-se por seguir a metodologia da pesquisa documental, a qual é realizada a partir de análise de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, sendo estes considerados cientificamente autênticos. Para esta pesquisa, foram elencadas referências bibliográficas elaboradas entre 1988 e 2010, tendo entre os autores pesquisados, Vera Andrade e Euclea Bruno (1991), Eric Hobsbawn (1995), Francisco José Pereira (1989), John Vail (1988). Sobre esses substratos foi aplicada uma intensa abordagem crítica visando a compreensão mais aprofundada acerca do apartheid e da importância de Mandela nesse processo.

3 ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DO APARTHEID

3.1 INSTALAÇÃO DO APARTHEID E O CENÁRIO INTERNACIONAL

As práticas segregacionistas na África do Sul ocorriam desde muito tempo. Porém, o apartheid, enquanto regime oficial, foi instalado somente após a chegada ao poder do Partido Nacional da África do Sul em 1948, estendendo-se até 1994, quando foram finalizadas as negociações visando a instalação de um regime democrático multirracial, concretizado por meio da realização de eleições multirraciais para a presidência em 1994, as quais elegeram Nelson Mandela.

Este período de tempo foi marcado internacionalmente pela ocorrência da Guerra Fria, um conflito caracterizado pelo confronto indireto entre EUA, capitalista e a URSS, comunista (HOBSBAWN, 1995). Diante do quadro apresentado pelo desenvolvimento da Guerra Fria e do Apartheid, entendemos que este último recebeu influências internacionais, fundamentadas na Guerra Fria.

Um exemplo dessa influência foi a criação da Liga da Juventude – instituição que surgiu a partir do CNA e que também visava lutar pelo fim do apartheid – que, embora não tivesse por base a ideologia comunista, foi entendida pelo governo sul-africano como uma organização de cunho comunista devido a sua aproximação com o Partido Comunista Sul-Africano (PCSA) (VAIL, 1988). Por sua vez, o governo sul-africano encontrava nos governos capitalistas, como dos Estados Unidos e da Inglaterra, a sustentação para a sua hegemonia e o prosseguimento do apartheid (HOBSBAWN, 1995).

O apartheid instalado na África do Sul foi a maior expressão de racismo, em sua forma institucionalizada, e da submissão do negro pelo branco, sendo a mais cruel exploração social do mundo em seu contexto. Tinha como princípios fundamentais a negação dos principais direitos à população negra da África do Sul (PEREIRA, 1989).

Para melhor compreender o regime do apartheid instaurado em 1948, é necessário abordar alguns apontamentos acerca da história sul-africana. Em 1912, foi fundado o CNA (Congresso Nacional Africano), sendo composto por vários setores da sociedade negra (VAIL, 1988). Esta instituição política visava lutar pelos direitos dos negros, buscando o fim do apartheid, ainda não institucionalizado, mas já praticado. Porém, mesmo com a presença do CNA, os direitos dos africanos diminuíram, em razão da inflexibilidade dos governos brancos no país (ANDRADE e BRUNO, 1991).

Com a chegada do Partido Nacional ao comando do país, o apartheid foi institucionalizado e executado nos diferentes níveis da administração, defendendo que o desenvolvimento deveria ocorrer com a separação por raças, sob a liderança da raça branca concebida como superior (PEREIRA, 1989).

Em 21 de março de 1960, aconteceu o massacre de Sharpiville, sendo este um protesto promovido pelo CPA contra as Leis do Passe – esta era uma norma jurídica que obrigava os negros da África do Sul a portarem um documento para poder circular no território do país. O protesto inicialmente foi um protesto pacífico, mas a reação da polícia sul-africana foi de extrema violência ocasionando a morte de sessenta e nove manifestantes, por isso ficou conhecido como o massacre de Sharpeville (ANDRADE e BRUNO, 1991). Também em decorrência deste fato, houve a instauração do estado de emergência e a dissolução do CNA e do CPA. Desta forma, iniciou-se a luta armada contra o regime e os líderes do movimento antiapartheid entraram na clandestinidade (ANDRADE e BRUNO, 1991).

Em 1961, como resultado da clandestinidade dos movimentos antiapartheid e do novo posicionamento de luta contra o regime instaurado na África do Sul, foi criado o *Umkhonto we Sizwe* (Lança da Nação), braço armado do CNA. Em 1964, Nelson Mandela, juntamente com outros líderes do movimento antiapartheid, foi condenado pelo processo de Rivônia à prisão perpétua. O processo de Rivônia foi aplicado aos líderes da *Umkhonto we Sizwe* em razão dos atos de sabotagem e conspiração desenvolvidos por este grupo armado contra o Estado da África do Sul (ANDRADE e BRUNO, 1991).

Acerca dos antecedentes do processo de Rivônia, Mandela, por meio das ações do *Umkhoto we Sizse*, tinha por objetivo alcançar a discussão juntamente com o governo para assim colocar fim ao apartheid. Entretanto, como resultado dos atos praticados, o governo sul-africano respondeu fortalecendo a repressão (BENJAMIN, 1986).

Uma das medidas adotadas pelo governo foi a promulgação da lei de 90 dias, pela qual a polícia poderia manter pessoas em prisão individual, sem o auxílio de advogados, e interrogá-las incansavelmente, visando obter as respostas esperadas. Foi nesse contexto que a fazenda Liliesleaf, a qual Mandela usou como refúgio durante a sua clandestinidade, foi denunciada (BENJAMIN, 1986).

Nesta fazenda, foram encontrados documentos que apontavam Mandela como chefe do Umkhonto e com base nestes, Mandela foi acusado de recrutar voluntários para treina-los em sabotagem e guerrilha visando realizar uma revolução comunista violenta. Também foi acusado de preparar uma invasão militar e de executar cento e noventa e três atos de sabotagem (BENJAMIN, 1986).

Mandela, em sua defesa, declarou-se um patriota africano. Acerca da Carta da Liberdade, Mandela afirmou que a mesma não visava à constituição de um estado socialista e que o CNA não se posicionava a favor de uma revolução na estrutura econômica do país e nem condenava o

modelo capitalista. Segundo ele, a grande luta dos movimentos antiapartheid era por direitos políticos (BENJAMIN, 1986).

Analisando brevemente a Carta da Liberdade, pode se afirmar que esta foi proposta pela CNA em 1955 com a participação da população africana e visava o fim do apartheid, com vista a edificação de uma sociedade democrática, onde os direitos humanos e políticos de toda a população fosse garantido (VAIL, 1988) (professora aqui tem uma explicação sobre a carta da liberdade).

Dando continuidade à análise das legislações, em 1970, houve a adoção da lei que tornou obrigatório que todo o negro fosse cidadão de um bantustão. Também nesta década houve o agravamento da luta contra o apartheid, levando à ocorrência de várias greves, sendo a mais radical o Levante de Soweto em 1976 (ANDRADE e BRUNO, 1991).

No final da década de 1970, a legislação que fundamentava o apartheid passou a apresentar um caráter mais brando, sobretudo em razão das divergências que passaram a estar presentes no Partido Nacional referente ao apartheid, em razão da sua cisão em 1982. Também colaborou para esse abrandamento as pressões internacionais contra o regime e que comprometiam seriamente a economia do país (PEREIRA, 1989).

Evidências concretas destas tendências e pressões são expressas por meio da reforma constitucional que ocorreu neste período e que passou a vigorar a partir de 1984, levando à criação das Câmaras Legislativa dos Brancos, dos Mestiços e dos Indianos (PEREIRA, 1989).

Além dessas vitórias, a década de 1980 também viveu outros triunfos na luta antiapartheid. Em 1985, o presidente do país Pieter Botha, revogou a lei que proibia o casamento inter-racial e também uma parte da Lei *Immorality Act*. Ainda, em 1985 foi edificado o Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos e declarado estado de emergência em razão de novas revoltas que eclodiram nas *townships* (ANDRADE e BRUNO, 1991).

Em 1986 ocorreu a revogação da Lei que obrigava os negros a portarem os passes para poder circular no país. Além disso, nos EUA foi votada a lei *Antiapartheid Act* que impunha sanções econômicas contra a África do Sul (ANDRADE e BRUNO, 1991).

Já no ano de 1990, Frederick De Klerk retirou os movimentos antiapartheid da clandestinidade legalizando-os novamente. Em 11 de fevereiro, efetivou a libertação de Nelson Mandela e, ainda, no período entre 02 a 04 de maio ocorreu o primeiro encontro oficial entre o governo e o CNA. Com isso, Mandela e De Klerk deram início ao processo de negociação rumo ao governo democrático multirracial (ANDRADE e BRUNO, 1991).

Como fruto dessas negociações iniciadas entre o governo e o CNA, em 06 de agosto de 1990 ocorreu o cancelamento da luta armada por parte do CNA. Por fim, em 1991, os três pilares do regime apartheid, *Group Areas Act*, *Land Act* e o *Population Registration Act* foram suspensos (ANDRADE e BRUNO, 1991).

3.2 MANDELA E SEU PAPEL NA LUTA CONTRA O APARTHEID

A infância de Mandela foi marcada principalmente pela despreocupação com a vida e pelas belas histórias contadas pelos anciãos acerca das resistências heroicas que os antepassados africanos empreenderam frente ao branco invasor. Mandela fez destas histórias a inspiração para a luta a favor da liberdade contra o apartheid (VAIL, 1988).

Anos mais tarde, Mandela, além da profissão que exercia e da família que possuía, também participava de atividades políticas. Por essa razão, Sisulu, que era membro do CNA convenceu Mandela a juntar-se a essa organização política (VAIL, 1988). O CNA em seus primeiros anos ficou marcado pela ineficiência quanto ao alcance dos objetivos a que se propunham (ANDRADE e BRUNO, 1991). Quase extinto na década de 1930, em dezembro de 1940 quando Xuma assumiu o posto de presidente do CNA, essa organização passou por uma grande revitalização (VAIL, 1988).

Em 1943 um grupo de membros do CNA formado por Mandela, Sisulu, Tambo e Lembede, criaram a Liga da Juventude do Congresso Nacional Africano, adotando uma postura mais ativa do que a exercida por Xuma, visando reanimar a CNA (ANDRADE e BRUNO, 1991).

Logo inúmeras filiais da Liga da Juventude surgiram pela nação. Em 1946, o Congresso Indiano Sul-Africano efetuou uma campanha de desobediência civil, metodologia esta proposta por Gandhi, em razão da "Proposta de Lei do Gueto" (ANDRADE e BRUNO, 1991; VAIL, 1988).

Mandela, com base nas dinâmicas efetuadas pelo Congresso Indiano adotou para a Liga da Juventude a estratégia da resistência passiva com vistas a obter os resultados que desejava. Assim, passou a entender que possuía uma importante arma na luta contra o apartheid: a mobilização da classe trabalhadora negra (ANDRADE e BRUNO, 1991).

Em 1948, o Partido Nacional chegou ao poder objetivando reforçar a segregação racial vigente, por meio da institucionalização de uma de segregação racial (VAIL, 1988).

O governo central da África do Sul propôs uma nova concepção para justificar a prática do apartheid. Essa ideologia argumentava que os brancos e negros encontravam-se em grau de civilidade e cultura diferentes e por isso era necessário que brancos e negros se desenvolvessem de forma separada (ANDRADE e BRUNO, 1991).

Ainda quanto aos negros, o entendimento apresentado pelo governo para justificar o apartheid defendia que os mesmos não compunham um único grupo, e sim, vários. Esse entendimento era uma distorção fundamentada em preconceitos existentes. Em razão destas concepções, o governo propôs então o Ato das Terras Nativas, sendo estes espaços destinados aos negros. Essas áreas também ficaram conhecidas como bantustão. Na verdade, com esta atitude, o governo visava incentivar os sentimentos tribais prejudicando assim a solidariedade entre os negros, o que garantiria a falta de agregação destes (ANDRADE e BRUNO, 1991).

Diante desse cenário, visando sobrepujar o novo apartheid, a Liga da Juventude em 1949 buscou assumir a liderança do CNA, propondo a mobilização das massas através de greves, desobediência civil e a não-cooperação como meio para alcançar os seus objetivos na luta contra o apartheid (VAIL, 1988).

Logo que tomou posse, a nova diretoria começou a planejar o seu primeiro ato contra o apartheid: um dia de greve nacional com o apoio da população. Porém antes que este ato fosse elaborado, o PCSA, juntamente com o Congresso Indiano e a filial do CNA no Transvaal propuseram um protesto no dia 1º. de maio de 1950, solicitando que os trabalhadores permanecessem em casa nesta data (ANDRADE e BRUNO, 1991).

No entanto, os líderes da Liga da Juventude, entre eles Mandela, foram totalmente contra esta manifestação, pois entendiam que a opressão dos africanos era por ordem racial e não como consequência de uma luta de classes (ANDRADE e BRUNO, 1991).

Por isso a liderança da Liga da Juventude assumiu uma postura anticomunista, pois consideravam que a proposta comunista acabava por obstruir a união de todos os sul-africanos prejudicando a luta contra o apartheid. Quanto ao PCSA, este tinha em sua liderança principalmente pessoas brancas e, embora tenham apoiado o CNA em suas lutas, claramente expressavam a concepção de que os negros deveriam lutar separadamente por sua própria liberdade (ANDRADE e BRUNO, 1991). Todavia, mesmo com a oposição do governo e a falta de apoio da CNA, as greves e protestos convocados para o 1º. de maio de 1950 foram um sucesso. Contudo, a morte de dezenove manifestantes em razão da repressão policial em Joanesburgo mostrou a Mandela a extrema violência que a polícia poderia usar (VAIL, 1988). Em razão de toda a violência dispendida contra este protesto por parte do governo, a Liga da Juventude propôs a realização – em conjunto com o PCSA e com o Congresso Indiano – de uma manifestação de luto pela morte dos grevistas a ser realizada em 26 de junho de 1950 (ANDRADE e BRUNO, 1991).

Percebe-se nesse contexto que, embora inicialmente a Liga da Juventude tenha se

posicionado contra o PCSA, o que era interessante aos olhos do governo, posteriormente, a própria Liga compreendeu que para a expansão de suas atividades e o alcance de seus objetivos, era necessário que a mesma não se isolasse em seu exclusivismo negro, podendo isso causar uma conjuntura autodestrutiva contra o CNA. Por isso, acertando suas diferenças o CNA buscou se aproximar do Congresso Indiano e do PCSA, tendo por objetivo a criação de uma ampla aliança racial, para assim obter uma maior ênfase na luta contra o apartheid (VAIL, 1988).

Em 1951 Mandela, eleito presidente da Liga da Juventude, propõem uma nova estratégia de luta, a qual foi aprovada na CNA. Por meio desta, Mandela objetivava focalizar os resultados do protesto e ainda envolver todas as raças e grupos políticos da África do Sul nas futuras manifestações, pedindo a revogação de várias leis, entre elas a do Passe e a do Ato de Supressão do Comunismo (ANDRADE e BRUNO, 1991).

A resposta do governo afirmava que as reivindicações não poderiam ser atendidas, pois a igualdade entre bantos e europeus não poderia ser alcançada com atos humanos, uma vez que essas diferenças eram eternas e não haviam sido criadas pelos homens. Por fim, o governo concebia as leis como protetoras e, assim, não as concebia como meios opressores, mas antes, necessários. Em razão disso as manifestações ocorreram e ficaram conhecidas como Campanhas de Desafio (VAIL, 1988).

Em 02 de dezembro 1952, Nelson Mandela, pela primeira vez, enfrentou um julgamento em razão de seus atos. Nesta ocasião, Mandela e outros membros líderes do CNA tiveram como sentença a proibição de participar da organização. Quanto a Mandela, este também recebeu como punição dois anos a serem cumpridos de confinamento em Joanesburgo e ainda a proibição de participar de reuniões políticas (VAIL, 1988).

Por fim, no que se refere às Campanhas de Desafio, estas fracassaram em seu escopo, pois não conseguiram levar o governo a revogar as leis do apartheid, ao contrário, houve a expansão desta política. No entanto, essas campanhas contribuíram para alterar a imagem que a população negra tinha do CNA (VAIL, 1988).

Em 1954 vários grupos antiapartheid uniram-se formando a Aliança do Congresso, com o objetivo de elaborar uma “Carta da Liberdade (ANDRADE e BRUNO, 1991).

Mais tarde, em 1955, foi realizado o Congresso do Povo para o qual foram convidados também os partidos brancos. Este Congresso visava à instituição de uma nova sociedade no país tendo por base a “Carta da Liberdade”. A participação do povo foi intensa. Neste encontro, que teve forte represália por parte do governo, todas as propostas da Carta da Liberdade foram aprovadas e publicadas (VAIL, 1988). Como resposta ao Congresso do Povo, o governo ocupou os escritórios do CNA e executou um processo jurídico contra esta organização, sob a acusação de alta traição contra o governo, tendo como inspiração o comunismo internacional (ANDRADE e BRUNO, 1991).

A resposta dada por Mandela e pelos demais acerca dessas acusações foi que, na verdade, o Estado estava processando-os em razão das ideias presentes na Carta da Liberdade e que as mesmas argumentavam a favor do uso da não violência e da instauração da democracia no país. O julgamento dos membros do CNA teve como resultado a projeção desta organização, mas também causou grandes perdas financeiras e a atenuação drástica das atividades do CNA (VAIL, 1988).

Os anos 1960 na África do Sul foram marcados por um sentimento generalizado que parecia apontar para um novo período na história do país. Nesse sentido, no ano de 1960, surgiu o Congresso Pan-Africano – CPA - que logo se propôs a empreender uma campanha de resistência contra as Leis do Passe (VAIL, 1988).

A campanha proposta pela CPA de não obediência à Lei do Passe ocorreu em 21 de março de 1960 quando seus líderes queimaram os seus passaportes, sendo imediatamente presos. A adesão a este movimento foi de forte relevância no sul do país, onde dez mil negros marcharam no distrito de Sharpeville (ANDRADE e BRUNO, 1991).

De início, essa marcha ocorreu de modo pacífico, entretanto, este quadro mudou quando a polícia atacou os manifestantes que estavam desarmados. Como resultado, sessenta e sete negros foram mortos, tornando esse episódio conhecido como o massacre de Sharpeville, o qual gerou uma grave crise econômica para a África do Sul. Este evento foi noticiado no mundo inteiro, gerando um clamor internacional contra as atitudes do governo, além de resultar também na primeira manifestação da ONU sobre o quadro que marcava o país (ANDRADE e BRUNO, 1991).

Todavia, ainda assim a rebelião e os movimentos de contestação continuaram a se expandir. Em 30 de março de 1960, em resposta às palavras proferidas pelo CNA e pela CPA de que os protestos e as greves continuariam até que a política segregacionista fosse totalmente encerrada, o governo afirmou que a nação estava em estado de emergência nacional, o que deu à polícia amplos poderes para combater atividades contra o apartheid (VAIL, 1988). Ainda assim as manifestações e atitudes contra o governo persistiram e como resposta a essa e demais atitudes, o governo sul-africano, em 08 de abril de 1960, decretou a ilegalidade do CNA e do CPA, além de reafirmar a Lei do Passe. Com isso, a maioria dos principais dirigentes e militantes dos partidos foram presos, o que quase destruiu o CNA (ANDRADE e BRUNO, 1991).

Posteriormente ao massacre de Sharpeville, o julgamento por traição contra as principais lideranças do CNA foi retomado, sendo estes, em 27 de março de 1961, surpreendentemente inocentados. Contudo a posição do governo acerca do CNA mantinha-se a mesma, classificando-os como uma conspiração comunista internacional que visava derrubar o governo (ANDRADE e BRUNO, 1991). Quanto a Mandela, após o fim do julgamento, sua fama que já era internacional ficou ainda maior (VAIL, 1988).

O próximo passo na luta contra o regime ocorreu na Conferência de “All-in-Africa”. Nesta, Mandela solicitou a todos na luta contra o governo que se recusassem a cooperar com os opressores até que o governo convocasse uma assembleia multirracial com vistas a elaborar uma Constituição democrática (VAIL, 1988).

Mais tarde, em junho de 1961, Mandela e a liderança do CNA concluíram que era preciso responder a violência com violência. Assim, juntos, alguns membros do CNA e do PCSA formaram a Umkhonto we Sizwe (A Lança da Nação), também conhecida como MK, tendo por objetivo atacar de modo violento o apartheid (ANDRADE e BRUNO, 1991).

A proposta da MK não era a de uma guerra racial, por isso estratégias como terrorismo, guerra de guerrilha e rebelião aberta não foram adotadas. Os líderes da MK limitaram a ação de violência a atos de sabotagem, buscado por meio destas, sobretudo afugentar os investidores estrangeiros obrigando assim o governo a repensar seus posicionamentos (VAIL, 1988).

Em 1962, Mandela empreendeu viagens secretas aos Estados africanos da Etiópia, Argélia, Quênia e Tanzânia, visando alcançar ajuda junto a estes, principalmente quanto ao fornecimento de treinamento militar e também da concessão de bolsas de estudo para os jovens africanos futuros administradores da África do Sul independente (VAIL, 1988).

De volta a seu país, Mandela, em 05 de agosto de 1962, acabou sendo preso quando retornava a Joanesburgo. Como resposta a MK empreendeu ataques ao governo, que respondeu, com o Ato da Sabotagem, decretado em 1962, o qual estabelecia que a sabotagem praticada contra o governo levaria à morte do seu executor (VAIL, 1988).

No dia 22 de outubro, Mandela foi levado pelo governo a julgamento, sendo acusado de incitar a greve e de deixar o país sem os documentos legais. Contudo, até este momento não haviam provas que ligassem Mandela à MK. Neste julgamento, Mandela encarregou-se de sua própria defesa, mas acabou sendo condenado em ambas as acusações e como pena deveria cumprir dez anos de trabalhos forçados (VAIL, 1988).

A MK manteve suas ações ofensivas o que levou o governo a elaborar em maio de 1963 a lei de detenção por noventa dias, concedendo à polícia o poder de reter um suspeito na prisão mesmo

sem julgamento, por períodos seguidos de até três meses (ANDRADE e BRUNO, 1991).

Em 12 de junho, através de uma denúncia, a polícia chegou ao sítio em Rivonia ocupado pelo CNA. Neste sítio foram capturados vários líderes da Umkhonto e grande diversidade de documentos. As provas aprisionadas no sítio em Rivonia apontavam que Mandela também era um dos líderes deste movimento e, com isto, Mandela e os demais líderes da MK foram então levados a julgamento. Neste julgamento em 1963, todos os acusados foram condenados à prisão. Mandela foi condenado à prisão perpétua devendo cumprir sua sentença na Ilha de Robben (VAIL, 1988).

A década de 1970 foi marcada pela postura do governo em aumentar as legislações segregacionistas. Desta vez, o governo tinha por objetivo aplicar a legislação segregacionista também no campo educacional. É importante frisar que dentro do regime do apartheid a educação bantu constituía-se como uma das principais medidas para a eficiência do regime (VAIL, 1988).

Mais especificamente, as legislações educacionais apresentadas em 1976, propunham que os africanos residentes em Soweto deveriam estudar algumas disciplinas na língua africânder e não mais em inglês. Em razão de todos esses fatos, no dia 26 de junho de 1976, os estudantes empreenderam uma manifestação popular contra as novas legislações do governo na educação. A resposta por parte do governo foi expressa com o uso da polícia. O levante durou um ano e Soweto tornou-se símbolo internacional da luta contra o apartheid. Como resultado deste levante a supremacia do regime segregacionista foi fortemente abalada (VAIL, 1988).

Em abril de 1982, Mandela e os demais acusados no julgamento de Rivônia foram transferidos para o Presídio de Pollsmoor. Esta transferência, efetuada pelo governo, aconteceu em razão da relevante reputação que Nelson Mandela havia alcançado até mesmo em nível internacional (ANDRADE e BRUNO, 1991).

Também em 1982, quando completou vinte anos que Mandela estava preso, uma expressiva campanha internacional, foi empreendida visando alcançar a libertação de Nelson Mandela e dos demais presos políticos. O período que compreendeu estas manifestações internacionais coincidiu com o ressurgimento do CNA e da Umkhonto we Sizwe, que voltou a empreender novos levantes no país (ANRADE e BRUNO, 1991).

O governo, por sua vez, mediante todas essas ocorrências, através do Primeiro Ministro Botha, apontou a necessidade de adaptações, contudo, sem que a dominação branca fosse perdida (VAIL, 1988).

No cenário do continente africano, o clima era favorável à causa antiapartheid. Na África do Sul, o CNA avançava em suas atividades ofensivas. Nesse contexto, visando enfraquecer os rebeldes, Botha passou a efetuar ações militares e também pressões políticas e econômicas contra Angola e Moçambique, Zâmbia, Lesoto, Botsuana e Zimbábue, pois estas nações concediam apoio ao CNA. Em respostas a essas ações sul-africanas, muitas dessas nações acabaram assinando acordos de paz com o governo da África do Sul (VAIL, 1988).

Buscando desmantelar a resistência negra na África do Sul, Botha efetuou inúmeras reformas políticas aproximando a classe média negra sul-africana do governo. Objetivando silenciar críticas e pressões internacionais, Botha propôs o fim de algumas restrições impostas pelo apartheid e revogou o Ato da Imoralidade e de Casamentos Mistos (ANDRADE e BRUNO, 1991),

Ainda, Botha criou os Conselhos Comunitários Negros que cuidavam da administração destes guetos. Contudo, embora Botha tenha efetuado inúmeras reformas, muitas favoráveis aos negros, tais mudanças não abalaram a estrutura essencial da supremacia branca no país. A mais importante reforma empreendida por Botha foi à revisão constitucional que ocorreu em 1984 (VAIL, 1988).

Com isso Botha criou um novo Parlamento Tricameral, onde os indivíduos classificados como descendentes de mistos e os indianos passaram a ter representação juntamente com os brancos no governo, embora o poder de veto permanecia apenas com os brancos (VAIL, 1988). Como resultado, boa parte da população boicotou as eleições para o novo Parlamento e outras centenas

de milhares de estudantes entraram em greve.

Toda essa conjuntura levou o governo, em 31 de janeiro de 1985, a propor libertar Mandela, desde que ele fosse favorável ao fim do uso da violência como meio legítimo de alcançar seus objetivos políticos. Porém, Mandela não aceitou esta proposta (VAIL, 1988).

Uma vez mais a onda de violência tomou conta do país e chamou a atenção do mundo. Nessa conjuntura, o CNA tomou a iniciativa de propor ao governo sul-africano uma negociação visando realizar uma transição política de forma pacífica, com o objetivo de instalar um regime de maioria negra no poder. Contudo, para tal processo, o CNA exigia a libertação de Mandela e dos demais prisioneiros políticos, além de requisitarem o fim do apartheid e de suas instituições. Por sua vez, o governo sul-africano continuava relutante em relação ao estabelecimento da igualdade democrática entre brancos e negros, pois não desejava perder o poder. Entretanto, mesmo dentro da porção branca da população sul-africana havia sinais de que o melhor caminho com o intuito de solucionar os embates era aceitar negociar com o CNA (ANDRADE e BRUNO, 1991).

Apenas em 11 de fevereiro de 1990, no governo de De Klerk, Mandela foi libertado. Entretanto, sua libertação não foi fruto de nenhuma concessão feita por este ao governo sul-africano. Segundo Mandela, agora livre, a negociação entre o CNA e o governo segregacionista era o único meio para alcançar o fim tão desejado do apartheid (ANDRADE E BRUNO, 1991).

3 CONCLUSÃO

O apartheid foi um regime legal, instaurado na África do Sul após a chegada do Partido Nacional ao poder em 1948. Contudo, como todos os processos sociais, este não deve ser entendido como um fato que aconteceu sem antecedentes. Desta forma, para buscar melhor entendimento acerca deste evento é necessário considerar todo o contexto vivido na África do Sul após o início do processo de colonização do mesmo, o que proporciona o entendimento mais preciso acerca da instalação do apartheid e seu desenvolvimento no país.

Além disso, o fim do apartheid, também deve ser entendido como fruto de um processo social onde vários elementos contribuíram decisivamente para o seu término, tanto no âmbito internacional quanto no âmbito interno.

Referente às lutas que contribuíram para o fim do apartheid no âmbito interno, uma destacada figura teve relevância. Seu nome, Nelson Mandela. Sobre este, ao analisar todo o seu histórico de vida, percebe-se que ele fez de sua história uma constante luta contra o regime do apartheid, visando alcançar o seu sonho: uma pátria sem a instituição do apartheid e que aceitasse a todos os seus filhos de modo igualitário, como uma democracia multirracial assim propõem.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, V. e BRUNO, E. **Nelson Mandela por ele mesmo**. São Paulo: Martin Claret, 1991.

BENJAMIN, A. **Parte de minha alma**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

Disponível em http://pesquisadocumental.blogspot.com.br/p/o-conceito-de-pesquisa-documental.html. Acessado em 02 de novembro de 2016.

HOBSBAWN, E. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914 a 1991. 2ª. Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PEREIRA, F. J. **Apartheid o horror branco na África do Sul**. 5ª. Edição. São Paulo: Brasiliense,

1989.

SANTOS, L. C. B. **O CNA e o processo revolucionário na África do Sul**. Disponível em http://www.webartigos.com/artigos/o-cna-e-o-processo-revolucionario-na-africa-do-sul/54040/. 2010. Acesso em 14 de junho de 2016.

VAIL, J. **Os grandes líderes Winnie e Nelson Mandela**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.